



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA**

**JÉSSICA DE SOUZA RODRIGUES**

**PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS COM RELAÇÃO AOS ALUNOS**  
**AUTISTAS DAS SÉRIES INICIAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO COLÉGIO**  
**ANTÔNIO SALES EM FORTALEZA-CE**

**FORTALEZA**

**2019**

JÉSSICA DE SOUZA RODRIGUES

**PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS COM RELAÇÃO AOS  
ALUNOS AUTISTAS DAS SÉRIES INICIAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO  
COLÉGIO ANTÔNIO SALES EM FORTALEZA-CE**

MONOGRAFIA APRESENTADA PARA  
OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE  
CONCLUSÃO DE CURSO.

Orientador: Prof. Dr. CHRISTIANO FRANCO  
VEROLA

FORTALEZA  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

R613p Rodrigues, Jéssica de Souza.

Perspectiva de professores de ciências com relação aos alunos autistas das séries iniciais de ensino fundamental do Colégio Antônio Sales em Fortaleza-CE / Jéssica de Souza Rodrigues. – 2019.  
30 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Ciências Biológicas, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Christiano Franco Verola.

1. Autismo. 2. Inclusão. 3. Ensino. 4. Fortaleza. I. Título.

CDD 570

---

JÉSSICA DE SOUZA RODRIGUES

**PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS COM RELAÇÃO AOS  
ALUNOS AUTISTAS DAS SÉRIES INICIAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO  
COLÉGIO ANTÔNIO SALES EM FORTALEZA CE**

MONOGRAFIA APRESENTADA PARA  
OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE  
CONCLUSÃO DE CURSO.

Orientador: Prof. Dr. CHRISTIANO FRANCO  
VEROLA

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. XXXXXXXXXXX XXXXXXXX (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. XXXXXXXXXXX XXXXXXXX  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. XXXXXXXXXXX XXXXXXXX  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus.

Aos meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À Instituição pelo ambiente criativo e amigável que proporciona.

Ao professor Dr.Christiano Franco Verola pela orientação, apoio e confiança.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire.

## RESUMO

A inserção ou a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino é um tema que leva a discussões e debates pelo seu caráter controverso. Dentre esses educandos estão aqueles com autismo ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de comunicação oral, de interação social e presença movimentos repetitivos. Segundo pesquisas mesmo estando matriculados nas escolas esses alunos ainda apresentam dificuldades no processo de aprendizagem principalmente na oralidade e na escrita que conseqüentemente afeta em outras áreas de ensino. Assim, o presente trabalho tem como objetivo descrever a percepção e os desafios enfrentados por professores de ciências das séries iniciais de ensino fundamental sobre os educandos com autismo. Para a realização dessa pesquisa foram conduzidas entrevistas com 3 professores pedagogos do município de Fortaleza CE. Os resultados apresentados mostram que esses professores têm pouco conhecimento sobre o autismo e sentem-se despreparados para ensinar esses educandos.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão. Ensino. Fortaleza.



## ABSTRACT

The inclusion or inclusion of children with special educational needs in educational institutions is a theme that leads to discourse and debate due to its uncontroversial character. Among these students are those with autism or Autism Spectrum Disorder (ASD), a neurodevelopmental disorder characterized by difficulties in oral communication, social interaction. According to researches even enrolled in schools, these students have difficulties in the learning process, especially in orality and writing, which consequently affects other teaching areas. Thus, this paper aims to describe the perception and challenges faced by science teachers in the early grades of elementary school about students with autism. To conduct this research, three pedagogical teachers from the city of Fortaleza, Ceará, were interviewed. The results presented show that these teachers have little knowledge about autism and feel unprepared to teach these students.

**Keywords:** Autism. Inclusion. Teaching. Fortaleza.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Análise Aplicada do Comportamento
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de pais e Amigos Excepcionais
CF	Constituição Federal
DEE	Departamento de Educação Especial
DI	Deficiência Intelectual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIBID	Programa Bolsa de Iniciação à Docência
PPP	Plano Político Pedagógico
SEED	Secretaria Estadual de Educação
TDH	Transtorno de Déficit de Atenção
TEA	Transtorno Espectro Autista
TEACC	Treatmentad Education of Autistic and Related Communication

# Sumário

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	1
<u>2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</u>	2
<u>2.1 A educação inclusiva no Brasil</u>	2
<u>2.2 Inclusão</u>	5
<u>2.3 Tipos de deficiência</u>	6
<u>2.4 Autismo</u>	7
<u>2.5 Formação dos professores e educação especial</u>	9
<u>3. OBJETIVOS E METODOLOGIA</u>	11
<u>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</u>	12
<u>5. CONCLUSÃO</u>	17
<u>REFERÊNCIAS</u>	18
<u>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</u>	20



## 1 INTRODUÇÃO

O autismo, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um termo que contempla dentre outras manifestações, o autismo. Nos dias atuais é muito utilizado, contudo, requer um conhecimento mais específico que esclareça sobre o conceito, as características e dificuldades encontradas na pessoa com esse transtorno.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que há 70 milhões de pessoas com autismo em todo o mundo, sendo 2 milhões somente no Brasil. Estima-se que uma em cada 88 crianças apresenta traços de autismo, com prevalência cinco vezes maior em meninos (OMS, [2014]). Ao contrário do que muitas pessoas imaginam, o autismo não é uma doença por isso não se usa o termo síndrome para designá-lo e ele não tem cura. O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição relacionada ao desenvolvimento do cérebro que afeta a forma como uma pessoa percebe o mundo e se socializa.

Dito isso é importante que essas crianças frequentem as escolas e que elas sejam incluídas dentro da sociedade, afinal a constituição federal de 1988 assegura esse direito. Todos tem direito a educação, contudo, será que existe viabilidade para que esses alunos sejam atendidos de forma correta e de acordo com as suas necessidades? Será que a escola e os professores se encontram preparados para lidar com eles? Qual seria o papel do professor e quais as dificuldades enfrentadas por eles nesse processo de ensino- aprendizagem?

O trabalho se divide em cinco capítulos. O Capítulo 1 designa-se para a introdução. O Capítulo 2 aborda a fundamentação teórica do trabalho englobando temas como: inclusão, histórico da educação inclusiva, educação inclusiva no Brasil, tipos de deficiência e autismo. O Capítulo 3 aborda sobre os objetivos e a metodologia utilizada na pesquisa e que foram importantes para a análise dos questionamentos utilizados para a construção do trabalho. Também são mostrados o contexto espacial da pesquisa, seus participantes. No Capítulo 4, resultados e discussão são apresentados. Por fim, no Capítulo 5 apresenta a conclusão.

## **2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação inclusiva, com o passar do tempo vem se aprimorando cada vez mais no que diz respeito a um maior entendimento da situação de inclusão. Se fizermos uma retrospectiva de como eram tratadas as pessoas com deficiência, veremos que a ignorância e preconceito levaram a humanidade a comportamentos absurdos com os seus semelhantes.

Na Idade Antiga, por exemplo, em cidades como Grécia e Roma as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, eram em sua maioria, sacrificadas (ARANHA, 2005). Segundo Figueiredo (2010, p. 25) *“as que nasciam com deficiência passavam por um processo de seleção natural e, quando conseguiam sobreviver a essa seleção, eram sacrificadas ou morriam precocemente”*. Em tribos indígenas também sacrificavam os deficientes, visto que era tido como um ato de amor.

Na idade moderna, a igreja foi grande impulsionadora do papel da pessoa com deficiência. Segundo Aranha (2005) passou-se a acreditar que as pessoas com alguma deficiência também possuíam alma e, portanto, não podiam ser exterminadas, mas eram postas as margens da sociedade e utilizadas como fontes de diversão para a corte.

Com o avanço da sociedade, o preconceito em relação à pessoa com deficiência, passou a ser substituído por sentimentos de assistencialismo, piedade e caridade, tendo um novo olhar para as crianças público alvo da educação especial (FIGUEIREDO, 2010).

No final do século XIX e meados do século XX, de acordo com Mendes (1995), foram surgindo algumas escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que pessoas com necessidades especiais, poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento adequado.

Atualmente, o que se percebe é que mesmo com esses avanços significativos as pessoas com deficiência continuam a margem da sociedade sendo taxados de incapazes e improdutivos e sendo chamados por nomes pejorativos como coitadinhos, pobrezinhos e entre outros.

### **2.1 A educação inclusiva no Brasil**

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) no Brasil, o atendimento às

peças com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

Segundo Ferreira (2005) havia 40 escolas públicas que prestava algum tipo de atendimento a deficientes mentais e 14 para outros tipos de deficiência isso no ano de 1942. E em 1954 surge a primeira APAE Associação de Pais e Amigos Excepcionais em resposta a um despreparo das instituições públicas mediante a educação desses jovens.

O ensino público estava sendo bem orientado e estava dando passos na direção da educação inclusiva, porém o ensino privado não demonstrava sinais de interesse e com a Lei nº 4.024/61 elaborada em 1961 em seu artigo 89, que garantiu apoio financeiro às instituições particulares que se mostrassem eficientes aos critérios dos Conselhos Estaduais de Educação, com tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções, delegou ao Estado a responsabilidade indireta por esta clientela, e com a Lei nº 5.692/71, em seu artigo 9º, enfatizando que alunos portadores de deficiência física ou mental deveriam receber tratamento especial.

Na década de 70, a Secretaria Estadual de Educação/SEED o Departamento de Educação Especial – DEE –foi dividido em setores que correspondem aos atuais Serviços de Educação de Deficiência Auditiva, de Deficiência Física, de Deficiência Mental, de Deficiência Visual, Altas Habilidades, condutas Típicas e o grupo de apoio à profissionalização. Em 1977 sob tutela do MEC houve a criação de classes especiais e escolas especiais para as redes de ensino.

Em 1988 a constituição garantiu que a educação especial passasse a ser competência da união dos estados, dos distritos e dos municípios:

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Art.24 – Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar corretamente sobre: XVI – Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (CF/88, art. 203).

No ano de 1994 durante o mês de junho, foi elaborada a Declaração de Salamanca que dizia que:

*“Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a*

*oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as necessidades. As escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva a maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.”*

A declaração exprime que todas as crianças devem ser aceitas independente dos tipos de necessidades que apresentem e que elas devam ser tratadas bem e que não haja nenhum tipo de discriminação. Que elas sejam respeitadas e inclusas no meio educativo da mesma forma que outras crianças seriam.

A partir da Declaração de Salamanca foi propagado, em todo o país, o direito de educação para todos. A Constituição Federal e a própria LDB, Lei de nº 9394-96 fundamentam-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ter iguais oportunidades.

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) destina o capítulo V para a Educação Especial, determinando garantias de matrículas para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial, oferta de Educação Especial durante a educação infantil e a especialização de professores. Segunda ela:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades; II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior,



para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV. Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora. Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e como atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo Único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede regular de ensino independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A partir de leis específicas e regulamentadas, que a inclusão educacional passou a ser obrigatória e que houve um maior cumprimento das leis. Precisou que estivesse na lei para que as pessoas quisessem cumpri-las.

## **2.2 Inclusão**

A inclusão é um processo que visa apoiar a educação para todos e para cada criança no Mundo (Ainscow & Ferreira, 2003, citado em Rodrigues, 2003), enfatizando principalmente as crianças que necessitam de um atendimento especializado como os alunos com surdez e deficiência auditiva, deficiência física, cegueira ou à deficiência visual, deficiência mental.

Para que isso ocorra é necessário instrumentos ou dispositivos que quebrem a barreira que existe no ensino de alunos especiais, tais como: professores com qualificação adequada a causa, uma melhor linguagem para a comunicação como Braille e Libras, uso de instrumentos eletrônicos personalizados, tecnologias da informação entre outros. Não obstante, a inclusão também pressupõe um maior envolvimento entre a família e a escola, entre a escola e a comunidade, onde todos buscam uma educação de qualidade para todas as crianças com necessidades especiais.

Porém, muitas vezes não há um incentivo da sociedade e da escola em manter esses alunos inclusos. Quando falamos na inserção dos discentes a escola apresenta uma certa dificuldade em manter o processo de integração desses alunos.

Escolas públicas e privadas não podem negar matrícula sob pena de multas pelo descumprimento da lei, que pode variar de 3 a 20 salários mínimos. Só pode haver a negativa se não houver vaga para nenhum aluno, pois o direito é garantido por diversos instrumentos, entre eles a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei 13.146/2015 e pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) – Lei

12.764/2012. Mesmo porque, as crianças precisam conviver em um ambiente escolar com colegas e a comunidade escolar para fortalecer as interações sociais e educacionais. Nogueira (2009), *“as interações que as crianças e os alunos estabelecem entre si e os adultos são fundamentais para o seu desenvolvimento.”*

De acordo com o artigo 79 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) a Defensoria Pública e o Ministério Público são responsáveis por assegurar os direitos da pessoa com deficiência e que o agente pode atuar em conjunto nessa conscientização. Todavia, cabe aos órgãos públicos fazer essa fiscalização e adotar providências para que as escolas respeitem a LBI. Casos em que escolas particulares não aceitam os alunos devem ser sempre analisados e de maneira reflexiva *“Escolas particulares de Belo Horizonte recusam crianças com deficiência. Neste ano, dois colégios já foram condenados a pagar indenização por danos morais às famílias; mãe recebeu “não” de 17 instituições.”* (Tempo, 15/09/2019). *“Escolas ainda rejeitam alunos autistas. Há dois anos, lei pune recusas, mas MP apura vários casos; já a defensoria tem mais de 500 reclamações envolvendo estudantes especiais.”* (Estadão, 28/12/2014). Então, cabe muitas vezes instituições públicas oferecer um acolhimento para essas crianças e ao mesmo tempo uma qualidade do ensino para os educandos.

### **2.3 Tipos de deficiência**

Na legislação brasileira, os diferentes tipos de deficiência estão categorizados no Decreto nº 5.296/2004 como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2004).

Enquadram-se nas categorias do Decreto nº 5.296/2004:

a) “deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”

b) “deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”

c) “deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que

0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores”

d) “deficiência mental, leia-se intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho”

Dentro dessa modalidade podemos citar transtorno de déficit de atenção com hiperatividade TDH, é um transtorno neurobiológico que aparece na infância e que na maioria dos casos acompanha o indivíduo por toda a vida. Caracteriza-se pela combinação de sintomas de desatenção, hiperatividade (inquietação motora) e impulsividade. Deficiência intelectual DI, Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado e o autismo que a partir da Lei 12764/2012, afirmou que pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) passaram a ser consideradas pessoas com deficiência. Elas apresentam deficiência significativa na comunicação e na interação social (BRASIL, 2012).

e) “deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências Entre as possíveis situações de deficiência múltipla encontra-se a paralisia cerebral, diagnóstico referente à lesão cerebral adquirida que pode afetar os movimentos, a visão, a audição, a função cognitiva, em diferentes associações. Algumas pessoas têm grande autonomia, ao passo que outras necessitam de cuidados permanentes em todas as áreas da vida. Devido a essa situação severa, elas são vítimas frequentes de violência, abandono e maus-tratos.”

## **2.4 Autismo**

A palavra “autismo” deriva do grego “autos”, que significa “voltar-se para si mesmo”. A expressão Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), foi utilizada pela primeira vez por Eugéne Bleuler (1857-1939) para designar a perda de contato com a realidade, o que acarretava uma grande dificuldade ou impossibilidade de comunicação frequentemente observado em pacientes esquizofrênicos.

Somente a partir da descrição de Leo Kanner, em 1943 que se depreende a noção de um “autismo infantil precoce”, com particularidades próprias. O autismo deixa de ser um aspecto da esquizofrenia para adquirir especificidade clínica. Interessante ressaltar que o autor escutou os pais e abordou a história de cada caso, respeitando as devidas particularidades.

O diagnóstico do autismo é feito de maneira fenomenológico por observação dos pais associadas as análises clínicas ele pode ser causado por uma única alteração genética, por uma combinação de alterações genéticas, ou ainda, por uma associação entre alterações genéticas mais fatores ambientais.

Algumas características gerais sobre crianças com TEA: Interesses restritos: a criança ou o adolescente desperta predileção por apenas um objeto ou assunto. A pessoa pode passar horas dedicando seu tempo. Estereotipia: quando o paciente manifesta mania de enfileirar seus brinquedos ou contar milimetricamente tudo Hipersensibilidade Irritabilidade com sons altos, determinadas texturas e cheiros; sensações de aperto ou algo pegajoso; paladar extremamente apurado. Atraso na fala umas das características mais presentes em pacientes diagnosticados com autismo. A criança pode desenvolver tardiamente ou nem mesmo conseguir desenvolver tal habilidade (por isso a importância dos fonoaudiólogos). Apego à rotina O autista gosta de fazer tudo que esteja ligado ao seu dia a dia, respeitando a ordem das coisas e os horários. Tudo de maneira rigorosa.

No Brasil em 2012 foi sancionada a lei Berenice Piana (12.764/12) que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A legislação determina o acesso a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades.

E em 2015 a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aumenta a proteção aos portadores de TEA ao definir a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”.

Desde a descoberta do TEA em uma criança, começa-se o tratamento, que deve contar com o apoio de um grupo de profissionais, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos, entre outros.

Um dos maiores desafios para com esses educandos é a dificuldade socio-comunicativa. Muitos deles não falam, não compreendem a fala e/ou falham em substituir a linguagem oral por gestos (NUNES, 2013). Além disso eles não gostam muito de mudanças,

coisas que acabem por quebrar a sua rotina. Por isso a importância de se criarem rotinas na escola de forma cronológica e visual e que principalmente se adequem as necessidades da criança.

Um programa que faz uso de rotinas visuais é o TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and Related Communication*). Surgiu no ano de 1960, um programa clínico que foi desenvolvido pela universidade da Carolina do Norte que tem como objetivo formar estudantes e profissionais que saibam lidar com esse tipo de síndrome com enfoque no processo de aprendizagem de crianças com TEA.

O TEACCH objetiva o desenvolvimento e autonomia do aluno. Uma das características marcantes é o suporte para a comunicação e escrita, ajudando como complemento para a comunicação verbal.

Outro modelo de intervenção utilizado é a Análise Aplicada do Comportamento (ABA). O uso do reforço positivo (oferecendo algo em troca quando a atividade é feita com êxito); através do método de recompensa por estímulos comportamentais é bem empregado nesse processo.

## **2.5 Formação dos professores e educação especial**

Segundo Bueno (1999), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”. Contudo, a questão imprescindível para a realização deste conceito é a formação adequada e contínua do professor.

Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p.40).

Dentro das universidades já existem disciplinas que auxiliam na formação dos professores como libras, educação especial, estágios nas escolas, além de projetos de extensão, bolsas como o PIBID (Programa de Bolsa de Iniciação à Docência) e o projeto de residência pedagógica que aproximam os futuros docentes a realidade dos alunos associando sempre os conhecimentos teórico e prático.

A constituição afirma que os professores devem ter uma formação que inclua essas áreas de ensino e seria interessante que as escolas e também os estados e municípios

juntamente com o governo federal apoiassem e permitissem que o professor se especialize mais até por que todo esse aprendizado terá um retorno para o professor e para os próprios alunos. A escola também deve oferecer cursos de capacitação e palestras para que se tenha uma maior orientação nesse processo sendo não somente oferecido para os professores, mas também para os funcionários e pais já que é importante que toda a comunidade escolar esteja ciente e contribua para um maior acolhimento desses alunos.

*“O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.”*

(ALVES, 2009, p.45,46).

### 3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

GERAL: Retratar a experiências vividas por professores de ciências das series iniciais de ensino fundamental com relação a alunos com TEA.

ESPECÍFICOS: Identificar as estratégias utilizadas pelos professores para o desenvolvimento de ações pedagógicas em sala de aula com alunos autistas.

Identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores quanto à inclusão de alunos autistas nas escolas.

O ambiente de estudo foi o colégio Antônio Sales, que é uma escola de ensino fundamental do município de fortaleza - CE que está localizado na rua Tavares Iracema, 675, Rodolfo Teófilo. A escola municipal possui 498 alunos em Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Segundo o PPP Programa Político Pedagógico da escola a comunidade escolar é formada por pessoas cujo o perfil social e econômico caracteriza por classe média baixa e classe baixa. Onde muitas famílias sobrevivem e vivem em situações vulneráveis, algumas dependendo exclusivamente de programas assistencialistas governamentais.

As informações foram obtidas por meio de uma entrevista individual com cada professor na sala dos professores, perguntas e respostas de forma direta. A entrevista com cada um deles durou aproximadamente 20 minutos e foi realizada no mesmo dia. A pesquisa em questão é de caráter qualitativo.

Foram selecionados 3 professores formados em pedagogia responsáveis por ministrar as aulas de ciências para os alunos das séries iniciais de ensino do colégio de ensino fundamental Antônio Sales. Os professores estão identificados como: Professor *A*, Professor *B* e Professor *C*. O professor *A* é do sexo feminino e tem 20 anos de magistério. O professor *B* é do sexo masculino e possui 10 anos de experiência. O Professor *C* é do sexo feminino e possui 7 anos de experiência.

Foi entrevistada também, apenas para uma análise melhor dos fatos, uma psicopedagoga com um intuito de obter informações mais específicas tais como respectivos níveis de escolaridade e tipo de necessidade específica encontradas na escola. A profissional

propicia um Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma sala dentro da instituição de ensino.

A escola conta com alunos autistas, além de contar com alunos que possuem transtornos psicóticos, TDH transtorno de déficit de atenção com hiperatividade e DI deficiência intelectual.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as respostas de cada professor foram inseridas no Quadro 1 de modo a simplificar a interpretação e a compreensão de forma comparativa.

*Quadro 1 Perguntas e respostas.*

PERGUNTAS	PROFESSORA A	PROFESSOR B	PROFESSOR C
1- Quais os tipos de deficiência são encontrados aqui na escola?	Autismo, TDH transtorno déficit de atenção om hiperatividade, DI deficiência intelectual, Transtornos psicóticos.	Autismo	Autismo TDH
2- Qual a maior dificuldade em ministrar aula para alunos autistas?	Não tenho. A dificuldade que se tem é de ter alguém da coordenação para dar apoio. Falta uma maior comunicação entre o psicopedagogo e a gente, por que parece que trabalhamos muito isoladamente. Não tem banheiro nas salas como vou sair com o aluno e deixar a turma sozinha?	Não é tanto a dificuldade no caso o que mais se necessita é de atividades específicas para eles. As vezes os que tem maior grau de autismo como o João Victor quando fica irritado agride e é preciso as cuidadoras vir ajudar. SE sair um pouco da rotina diária deles eles ficam bastante estressados.	Tudo né já é difícil lidar com uma turma bem heterogênea eu juro que fico perdida eu prefiro manter meu cronograma igual para todos os alunos.
3- Como se dá a interação dos colegas de sala com os alunos?	Eles sabem que eles têm dificuldade e ajudam eles a concluir as tarefas. Eles se tratam bem, não insultam e nem ficam com preconceito	Eles se tratam muito bem principalmente no recreio.	Normal não vejo nenhum tipo de discriminação.
4- Como se dá o ensino de ciências para esses alunos?	Alguns não sabem ler tem dificuldade em interpretar textos. Trabalho muito com pintura da natureza os animais, música, jogos. Tenho um projeto no qual levei eles para a bienal que era sobre a oralização deles	Aula de campo fora de sala, visita no ceara da ciência, feiras de ciências, teatro SESC, a gente teve um projeto sobre a dengue que passou até no jornal local.	Eu passo as atividades de sala e classe e observo o desempenho deles junto com os colegas, as vezes tem passeios da escola na seara da ciência e todos os alunos vão. Mas eu procuro passar atividades só para eles quando o horário não



	contando histórias de livros		está tão apertado.
5- A escola possui espaços com acessibilidade para esses alunos? Possui materiais que podem auxiliar eles?	Possui sim todos os espaços. Material? Só sai do meu bolso	Tem acessibilidade nas salas de aula na entrada da escola e por toda escola tem rampas de acesso. Banheiros adaptados. Na sala do psicopedagogo também tem um banheiro ótimo Tem material, mas é muito limitado.	Sim. Não tem material não as vezes a gente pede para os pais comprar.
6- Há uma ajuda dos pais e da coordenação?	Não, só cobrança!	Nem 50% dos pais comparecem a reunião e os que vem nem ver a agenda do filho eles acham que a escola e que deve educar por eles. Há certas coisas que competem aos pais. A coordenação dá o apoio sim de vez em quando. Na escola inteira só existe 2 cuidadoras. Me sinto um pouco a própria sorte.	Os pais são daquele jeito, não querem saber do desempenho só sabem reclamar. A coordenação faz o que pode com o que se tem.
7- Com relação a sua formação como professor faltou alguma coisa? No que corresponde a parte da educação especial?	Na verdade, eu aprendi mais na prática principalmente quando teve o projeto do PIBID inclusão aqui na escola ajudou bastante pena que o governo cortou e agora eu estava com o projeto da residência pedagógica, mas não me liberavam para as reuniões então tive que sair do projeto. Quanto as disciplinas na graduação era só uma generalização de tudo.	Teoria e pratica bastante diferente e isso se reflete no dia a dia mesmo aqui da escola. As disciplinas deram uma pequena noção. Libras até hoje nunca precisei utilizar.	Acho que faltou né cheguei na escola e vi que a coisa é bem mais complicada do que está na teoria.

O professor *A* sabia mais sobre os tipos de deficiência encontradas na escola em comparação ao *B* e *C* e para comprovar isso foi tida uma conversa com a psicopedagoga da escola onde ela mostrou uma lista que explicitava os tipos de deficiência dos alunos.

Quanto a dificuldade de ministrar aulas para os autistas, o professor *A* disse que não tinha dificuldade, porém ressaltou a falta de um *feedback* maior com a psicopedagoga responsável pela sala do AEE - atendimento educacional especializado culminando em uma maior troca de informação.

Destacando o Art.2º da resolução nº4/2008 quando diz:

*“O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação daqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. ”*

Como diz o professor *A* o atendimento especializado é de apoio complementar, porém faz necessário que ele seja rico em trocas de informações e experiências com os professores para que o trabalho em sala de aula seja facilitado.

O professor *B* disse que a dificuldade maior era passar atividades específicas para eles. Nesse caso a melhor coisa a ser feita é tentar identificar qual a maior dificuldade de cada um deles e depois tomar iniciativas de forma significativa para chegar à raiz do problema. Por meio da identificação das habilidades e competências apresentadas pela criança a fim que isso seja trabalhado efetivamente e que a inclusão seja praticada.

Outra dificuldade enfrentada pelo professor era controlar alguns alunos quando tinham acesso de raiva como por exemplo no caso do João Victor citado acima e se tornava mais difícil esse lidar porque a escola contava apenas com o auxílio de 2 cuidadoras disponíveis para a instituição inteira. Segundo as autoras Vagula e Vedoato (2014, p. 67 apud PIRES, BLANCO, OLIVEIRA, 2007, p. 138), para muitas crianças não é possível virar a página do livro e alguém precisa estar atento para ajuda-las; para outras, é preciso uma adaptação para segurar o lápis. No trajeto de casa para a escola, nos deslocamentos em transportes coletivos. Essas e entre outras coisas se enquadram no papel do cuidador e quando parte para a educação especial e aí onde eles são mais requisitados. Por isso que apenas duas cuidadoras nesse caso são insuficientes. Quando perguntado sobre as dificuldades o *C*, com o menor tempo de experiência, disse que tudo é muito difícil e que só tenta seguir o cronograma.

Com relação a interação dos alunos com seus colegas, todos os docentes concordaram que eles eram tratados com respeito e que não havia nenhum tipo de preconceito e o que se havia era uma boa compreensão de forma que eles ajudavam seus colegas nas atividades diárias da escola.

No que corresponde ao ensino de ciências, os professores *A* e *B* buscavam sempre inovar através de participações em feiras de ciências, teatros utilizando sabiamente os espaços não formais de ensino o professor *A* destacou o uso de pinturas, músicas e jogos dentro da sala de aula envolvendo os assuntos do conteúdo estudado. O último professor passava atividades quando sobrava tempo se não sobrasse não passava. Todavia, ele não deixava de ir na cadeira do aluno e fornecer a atenção necessária. O uso de tarefa específicas para esses discentes é de extrema importância. Atenuamos ao fato de que a maioria das atividades abordadas pelos professores não demonstravam ser de cunho específico para cada dificuldade do aluno e que era as mesmas atividades passadas para a turma inteira.

Perguntados se a escola possuía locais com acessibilidades, todos disseram que sim. A escola possui banheiros adaptados, rampas de acesso. Porém, quando se questionou sobre materiais fornecidos pela escola, o professor *A* disse que tudo saía do seu bolso. O *B* e o *C* disseram que a escola fornecia de maneira limitada e muitas vezes o professor *C* pedia para os pais comprarem.

Sobre como está sendo apoio da coordenação, o que se percebe é um desabafo Professor *A* “Não só cobrança!” Professor *B* “De vez em quando...” “Às vezes me sinto a própria sorte” Professor *C* “A coordenação faz o que pode com o que se tem”. Falar sobre a coordenação da escola leva a um enfoque no coordenador pedagógico que necessita ter um conhecimento prévio a respeito de suas atividades e atribuições dentro do espaço escolar. De acordo (SANTOS, 2007 p.4-5) uma das principais funções é articular, coordenar, acompanhar, supervisionar, orientar e subsidiar o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Dito isso, uma falta de acompanhamento e supervisão deixa os professores desorientados e desmoteados. Tendo em vista que tem que cobrar sim do professor, porém ao mesmo tempo precisa de que a coordenação forneça apoio para que as atividades aconteçam.

Tem também uma falta de apoio dos pais, pois eles não acompanham as reuniões e todos os professores concordaram nessa parte dizendo que somente há reclamação e cobrança e que não se sentem apoiados. Os pais dos alunos com TEA deveriam ter uma maior presença no processo de ensino na verdade eles tem se comportado da mesma forma que os pais de crianças sem deficiência.

Segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55; Política Nacional de Educação Especial, que adota como umas de suas diretrizes gerais: utilizar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. E ainda, conscientizar e comprometer os segmentos sociais,

a comunidade escolar, a família e o próprio portador de necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, temos: envolvimento da família e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando.

Vemos que o próprio ECA enfatiza essa importância, os pais não devem esquecer que eles são primordiais no processo da educação desses educandos.

Inferindo no que se refere a formação acadêmica dos professores e o preparo nesse lidar com os alunos em sala de aula, todos aprenderam mais quando foram para a prática então seguimos com diferenciação da didática teórica e prática por pura (1989, p. 21):

*“Didática teórica é aquela desenvolvida nos programas da disciplina, segundo pressupostos científicos que visam à ação educativa, mas distanciada desta. São pressupostos abstratos que se acumulam sobre o processo de ensino, na busca de torna-los mais eficientes. Didática prática é aquela vivenciada pelos professores nas escolas a partir do trabalho prático em sala de aula, dentro da organização escolar, em relação com as exigências sociais. Esta não tem por compromisso comprovar os elementos teóricos estudados em livros ou experimentados em laboratórios, mas tem em vista o aluno, seus interesses e necessidades práticas.”*

Por mais que os conhecimentos teóricos muitas vezes não supram a necessidade dos professores em lidar com os alunos eles não devem ser desprezados, pois eles funcionam como base para um entendimento maior de uma dada situação no ambiente escolar e de acordo com Pura o conhecimento prático não está para confrontar ou testar o conhecimento teórico, a junção dos dois conhecimentos deve dar-se pelo bem maior que é o aluno.

Outra coisa observada pelos três professores é que a grade curricular do curso abrangia apenas uma análise geral de tudo sendo que nenhum dos professores entrevistados possuía alguma formação adicional na área como, por exemplo cursos.

Focando em projetos sociais e governamentais em parceria com a escola e as universidades a escola aportou o programa PIBID inclusão que foi coordenado pelo professor A citado nesse texto e que segundo ele foi o que fez com ele aprendesse mais sobre a educação inclusiva e em como lidar com cada deficiência encontrada pelos alunos.

## 5. CONCLUSÃO

De acordo com os resultados os professores, apesar de atuarem com crianças com autismo tinham pouco conhecimento sobre o assunto e eles não se sentiam totalmente preparados, visto que o conhecimento maior que obtiveram, segundo eles foi no processo da prática, na vivência do dia a dia com os discentes.

Ao referir se aos métodos de ensino em poucos ou em nenhum momento desenvolveram atividades que fossem especificamente para as crianças com TEA, pois todas as atividades citadas pelos professores eram desenvolvidas para todos os alunos da escola.

Houve uma falta de informações da sala do atendimento especializado -AEE com o resto dos professores da escola. Os professores não estavam cientes do progresso que os alunos faziam e nem das dificuldades evidenciadas no processo desse atendimento.

Verificou se uma falta de interesse dos pais sobre a situação das crianças que não buscavam fornecer um apoio complementar necessário. A coordenação também falhou com os discentes, uma vez que deixava os professores assumirem a total responsabilidade sobre os alunos, seja na questão de materiais escolares, seja em resolver situações diárias de caráter mais complexo.

Portanto, para que a verdadeira inclusão aconteça para alunos com TEA é importante que haja uma colaboração conjunta de todos, principalmente dos pais, da escola em geral: professores, coordenadores, cuidadoras e o governo - na criação de leis mais justas e na fiscalização das mesmas - com a finalidade de que eles sejam acolhidos de forma correta e de acordo com o que eles necessitam. Que a escola se adapte a essas crianças e não o contrário.

## REFERÊNCIAS

2013. MANTOAN, Maria TERESA EGLÉR. O desafio das diferenças nas escolas. 3ª ed.

AINSCOW, M & FERREIRA, W. (2003). Compreendendo a educação inclusiva: Algumas reflexões sobre experiências internacionais. In D. Rodrigues (ed.), *Perspectivas Sobre a Inclusão – Da Educação à Sociedade* (pp. 103-116). Porto: Porto Editora.

ALVES, F. *Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio*. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

ARANHA, MARIA SALETE FÁBIO. *Educação Inclusiva: a escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2005.

AULETE, CALDAS, AULETE. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEJARANO, N.R.R.; CARVALHO, A.M.P. Tornando-se professor de ciências: crenças e conflitos. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 1, p. 1- 15. 2003.

BRASIL. *Constituição Federal Brasileira*, 1988.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

COLLEY, H.; HODKINSON, P. MALCOLM, J. *Non-formal learning: mapping the conceptual terrain. A consultation report*, Leeds: University of Leeds Lifelong Learning Institute. 2002.

EDILAINE VAGULA, SANDRA CRISTINA MALZINOTI VEDOATO. Educação Inclusiva. UNOPAR, p. 208, 2014.

Estadão acessado em 10/11/2019: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,escolas-ainda-rejeitam-alunos-autistas,1612988>

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista da Educação Especial, 2005, p. 40-46.

FIGUEIREDO, RITA VIEIRA. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, v. 5, n.2, p. 32-38, jul/dez.2010.

GARCIA, ROSALBA MARIA CARDOSO; MICHELS, MARIA HELENA. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED. Revista Brasileira de Educação Especial., Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Disponível em: 23. Acesso em: 23 out. 2019.

GOHM, M. G. Educação não-formal e cultura política. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez. 1999.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), de 20/12/1996.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB). 8ª edição.

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: .Acesso em: 21 abr. 2016.

LIMA, Paulo Gomes e SANTOS, Sandra Mendes. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. Educare ET educare. Revista Educação. Vol. 2. Nº 4jul/dez,p.77-99. 2007.

NUNES, D. R. P., AZEVEDO, M. Q. O., & SCHMIDT, C. (2013). Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. Revista Educação Especial, 26(47), 557 -572.

O Tempo acessado em 10/11/2019: <https://www.otempo.com.br/cidades/demora-e-lotacao-no-entorno-1.896506/escolas-particulares-de-belo-horizonte-recusam-criancas-com-deficiencia-1.2235696>

Organização mundial da saúde (OMS), 2014.

## **APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

### **ENTREVISTA**

1- Quais os tipos de deficiências são encontrados aqui na escola?

2- Qual a maior dificuldade em dá aula para alunos autistas?

3- Como se dá a interação dos colegas de sala de aula com os alunos?

4- Como se dá o ensino de ciências para esses alunos? Quais as dificuldades encontradas?

5- A escola possui espaços com acessibilidade para esses alunos? Possui materiais que podem auxiliar eles?

6- Há uma ajuda dos pais e da coordenação?

7- Com relação a sua formação como professor quanto a educação inclusiva e especial. O que faltou?